



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Rever e melhorar a utilização dos recursos médicos e o planeamento da formação dos profissionais de saúde**

O Governo implementou, em 2009, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, atribuindo, anualmente, vales de saúde aos residentes de Macau que preencham os requisitos, com vista a subsidiar as suas despesas médicas, e o montante do subsídio foi aumentado de 500 para 600 patacas, em 2013, e para 700 patacas neste ano. Quando o Governo lançou, pela primeira vez, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, destacou que o objectivo inicial era “subsidiar as despesas médicas dos residentes, de modo a promover o desenvolvimento do sistema de medicina familiar, a reforçar a cooperação entre os sistemas de saúde público e privado, e a maximizar o aproveitamento dos recursos médicos comunitários, bem como a reduzir a pressão sobre os hospitais, produzindo-se um efeito ‘win-win-win’”. Este programa tem ainda um significado político profundo, visando promover o conceito de “medicina familiar” junto da população. Na altura, a política de saúde de Macau consistia em promover e desenvolver activamente o papel dos “médicos de família”, a fim de aliviar a pressão sobre os hospitais. Os “médicos de família” podem prestar cuidados abrangentes aos doentes e, tendo em conta o seu *background* familiar e histórico-familiar, os hábitos de vida e os factores psicológicos, prestar serviços médicos integrais e detalhados, tratando-se, portanto, de uma iniciativa com benefícios sociais a longo prazo.

Já se passaram 17 anos desde o lançamento do Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, e o valor da dotação anual para o subsídio aumentou de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

cerca de 200 milhões de patacas para cerca de 520 milhões de patacas no corrente ano. Entretanto, tirando o aumento do montante do subsídio e a alteração da forma de atribuição para a forma electrónica em 2018, o conteúdo deste Programa mantém-se quase inalterado, não se verificando a implementação de qualquer medida concreta que impulse, verdadeiramente, o desenvolvimento do sistema de medicina familiar, o reforço da cooperação entre os sistemas de saúde público e privado, em prol da complementaridade dos seus recursos, bem como o alívio da pressão no sector público da saúde, e o mais importante é que, com a implementação do Programa, o desenvolvimento das instituições médicas onde podem ser usados os vales de saúde está cada vez mais enfraquecido!

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2025, o Governo propõe a descentralização dos recursos de saúde e o reforço da cooperação entre as instituições médicas públicas, sem fins lucrativos e privadas, através do lançamento do Programa de Rastreio de Doenças Crónicas, com o objectivo de, por um lado, incentivar os residentes a utilizarem os vales de saúde para rastreio de doenças crónicas e, por outro, repartir os pacientes com doenças crónicas dos centros de saúde para serem acompanhados nas consultas externas comunitárias proporcionadas pelas instituições médicas sem fins lucrativos, sendo reforçada, assim, a gestão das doenças crónicas, e elevada a eficácia da prevenção e tratamento destas doenças. Além disso, sugere-se a criação da Base de Formação em Medicina Familiar, com vista a proporcionar uma formação sistemática ao pessoal médico das instituições médicas sem fins lucrativos e privadas. Na 9.ª reunião plenária do Conselho para os Assuntos Médicos, referiu-se que, para aumentar a competitividade dos profissionais de saúde, o Governo, para além de aumentar o valor dos vales de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

saúde, de lançar o Programa de Rastreio de Doenças Crónicas e de criar a Base de Formação em Medicina Familiar, ia também apoiar os jovens profissionais de saúde a desenvolverem-se no Interior da China, através do lançamento do Programa de Formação Profissional para os Jovens Médicos de Macau na Grande Baía, a fim de elevar a sua capacidade técnica e profissional, e a competitividade profissional.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo lançou o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde com o objectivo inicial de subsidiar as despesas médicas dos residentes, de modo a promover o desenvolvimento do sistema de medicina familiar, a reforçar a cooperação entre os sistemas de saúde público e privado, a promover o conceito de “medicina familiar” junto da população, a impulsionar e desenvolver o papel dos “médicos de família”, bem como a aliviar a pressão sobre os hospitais. No entanto, já se passaram 17 anos e a iniciativa não surtiu os devidos efeitos, antes pelo contrário, a exploração das instituições médicas privadas está cada vez mais difícil. Segundo o Governo, anualmente, cerca de um terço dos vales de saúde não é aproveitado, o que demonstra que os recursos não foram efectivamente aplicados no mercado privado de saúde, nem tão-pouco promovido o desenvolvimento do papel dos “médicos de família”. O Governo afirmou que ia estudar e analisar o ponto de situação da utilização dos vales de saúde ao longo destes anos, então, de que planos ou calendarização dispõe para o efeito? Vai divulgar os resultados desse estudo e análise? Vai ponderar, dentro de um determinado limite e mediante o modelo de reembolso das despesas efectivamente realizadas, aproveitar os recursos não utilizados no âmbito do Programa de Participação nos Cuidados de Saúde e investi-los no mercado privado, para que as clínicas locais, especialmente os jovens médicos que trabalham



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

nestas clínicas, tenham mais oportunidades de prestar cuidados de saúde aos residentes, potenciando-se melhor a complementaridade entre os serviços de saúde público e privado, permitindo ainda aos médicos das clínicas privadas desenvolverem-se como “médicos de família” e conseguirem prestar serviços em articulação com os cuidados de saúde especializados, procedendo ao encaminhamento recíproco, com vista a elevar a eficácia dos serviços médicos do sector privado e a oferecer, efectivamente, mais opções aos residentes?

2. O Governo propõe a criação da Base de Formação em Medicina Familiar e o lançamento do Programa de Rastreio de Doenças Crónicas, iniciativa que se traduz no primeiro passo para a descentralização dos recursos médicos. Entretanto, para além de prestar acções de formação e serviços de certificação aos médicos do sector privado através do referido Programa, como é que o Governo vai investir recursos e que medidas de incentivo vão ser lançadas para atrair os residentes a escolherem os médicos desse sector para a realização do rastreio de doenças crónicas e posterior acompanhamento e tratamento? O Governo vai tomar como referência o “Projecto-piloto de tratamento conjunto de doenças crónicas” de Hong Kong, definindo critérios de cobrança e concedendo apoio financeiro para a fase de tratamento (incluindo medicamentos), no sentido de atrair os participantes a continuarem a ser tratados por médicos do sector privado, aliviando-se a pressão no sistema de saúde público e, ao mesmo tempo, proporcionando-se aos residentes mais opções de acesso aos cuidados de saúde? O Governo vai criar um mecanismo de encaminhamento recíproco de doentes, para que os médicos de família possam, de acordo com determinados critérios e orientações, prestar apoio aos participantes com necessidades clínicas, para terem consultas externas de especialidade em hospitais,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

permitindo-se que estes optem por receber cuidados de saúde primários contínuos e abrangentes na comunidade?

3. O Governo planeia lançar o Programa de Formação Profissional para os Jovens Médicos de Macau na Grande Baía, a fim de elevar a sua capacidade técnica e profissional, e a competitividade profissional. Como a população de Macau é pequena e a probabilidade de ter contacto com diferentes doenças é relativamente baixa, acredita-se que a oportunidade de estudar fora de Macau possa elevar o nível dos profissionais de saúde locais. Quais são os pormenores deste Programa? Como é que o Governo pode formar e elevar, de forma eficaz, o nível dos profissionais de saúde e, ao mesmo tempo, assegurar que a formação em causa se articule, de forma perfeita, com o desenvolvimento das qualificações médicas locais? De acordo com as informações obtidas, o Programa exige que os participantes sejam médicos de medicina ocidental, de medicina tradicional chinesa ou dentistas, com idade igual ou inferior a 35 anos. Porém, de acordo com as “Estatísticas da Saúde de 2024”, tomando como exemplo os médicos, entre eles, 507 tinham idade inferior a 35 anos, 527 tinham idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, e 526 tinham idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos; aliás, havia um certo número de médicos de medicina ocidental e dentistas com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. Ora, estes profissionais de saúde com idade superior a 35 anos também prestam serviços aos residentes de Macau. Por que razão é que o Governo lhes tira as oportunidades de formação e de aperfeiçoamento técnico? Vai alterar este limite de idade?

30 de Maio de 2025

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**